



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ  
FACULDADE DE GEOGRAFIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**ROSIVALDO SENA VELOSO**

**TERRITORIALIDADE DO ACORDO DE PESCA E SUA IMPORTÂNCIA  
SOCIOECONÔMICO PARA A COMUNIDADE DE JARACUERA GRANDE  
CAMETÁ/PA**

**CAMETÁ - PA  
2024**

**ROSIVALDO SENA VELOSO**

**TERRITORIALIDADE DO ACORDO DE PESCA E SUA IMPORTÂNCIA  
SOCIOECONÔMICA PARA A COMUNIDADE DE JARACUERA GRANDE  
CAMETÁ/PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção de grau de Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Edir Augusto Dias Pereira

**CAMETA-PA**

**2024**

**ROSIVALDO SENA VELOSO**

**TERRITORIALIDADE DO ACORDO DE PESCA E SUA IMPORTÂNCIA  
SOCIOECONÔMICA PARA A COMUNIDADE DE JARACUERA GRANDE  
CAMETÁ/PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção de grau de Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Edir Augusto Dias Pereira.

Data de Apresentação: \_\_14\_\_ / \_\_10\_\_ / \_\_2024\_\_

Banca Examinadora

Examinador 1: Prof. Dr. Edir Augusto Dias Perreira

Examinador 2: Prof. Dr. Mario de Carvalho Arnaud

Examinadora 3: Profa. Kely Garboza

## RESUMO

Os acordos de pesca são estratégias territoriais que estão sendo largamente empregadas na Amazônia Tocantina, especialmente nas regiões de várzea e ilhas. Esses acordos engendram novos significados para o espaço da pesca, tornando-o um território capaz de moldar comportamentos e suportar regras próprias. Este estudo é justificado pela necessidade de se estudar as ilhas presentes no arquipélago de Cametá - Pará, mais especificamente as relações entre os indivíduos, seus saberes, fazeres e suas práticas sociais nos acordos de pesca. Buscamos saber o que acontece com a territorialidade ribeirinha após a criação do acordo de pesca de jaracuera grande? O objetivo do trabalho é analisar quais os benefícios socioeconômicos do acordo de pesca para a comunidade de jaracuera grande. O estudo contou com uma abordagem qualitativa, o que permitiu a utilização de vários métodos para alcançar o objetivo, como trabalho de campo, questionários, entrevista semiestruturada e leituras de documentos. Os resultados apontam que os acordos de pesca são extremamente importantes tanto para quem mora na comunidade quanto para as pessoas de fora. Isso porque preservam os locais de reprodução e abrigo de peixes, e os períodos reprodutivos, o que garante a manutenção do estoques pesqueiro. Além disso, fortaleceu os vínculos entre os membros, colaborou com o aumento da renda local. Portanto, o acordo é importante no sentido econômico e social, como territorialidade específica de pesca e luta por direitos.

**Palavras-chave:** pesca artesanal; manejo comunitário; rio tocantins; práticas sociais; saberes fazeres.

## ABSTRACT

Fishing agreements are territorial strategies that are being widely used in the Amazon region of Tocantina, especially in floodplains and islands. These agreements create new meanings for the fishing space, making it a territory capable of shaping behaviors and supporting its own rules. This study is justified by the need to study the islands in the Cametá archipelago - Pará, more specifically the relationships between individuals, their knowledge, practices and social practices in fishing agreements. We seek to know what happens to riverside territoriality after the creation of the jaracuera grande fishing agreement? The objective of the study is to analyze the socioeconomic benefits of the fishing agreement for the jaracuera grande community. The study used a qualitative approach, which allowed the use of several methods to achieve the objective, such as fieldwork, questionnaires, semi-structured interviews and document readings. The results indicate that fishing agreements are extremely important both for those who live in the community and for people from outside. This is because they preserve the breeding and sheltering sites of fish, as well as the reproductive periods, which ensures the maintenance of fish stocks. In addition, it strengthened the bonds between members and contributed to the increase in local income. Therefore, the agreement is important in the economic and social sense, as a specific fishing territory and the fight for rights.

Keywords: artisanal fishing; community management; Tocantins River; social practices; know-how.

## INTRODUÇÃO

Jaracuera Grande é uma comunidade ribeirinha com aproximadamente 60 famílias, localizada à margem esquerda do rio Tocantins, distrito de Curuçambaba, sendo este um dos 11 DISTRITOS DE CAMETÁ, município localizado no nordeste do estado do Pará, no baixo curso do rio Tocantins. O percurso da ilha até Curuçambaba dura cerca de 15 minutos, a bordo de uma pequena embarcação chamada “rabeta”, meio de transporte popular na região ou seja, “e só atravessar o rio”, conforme é dito na localidade. Já até Cametá a viagem dura em média 1 h.

A primeira imagem que os recém-chegados observam são paisagens que e formadas por açaiçais ao longo das margens do rio, característica principal das regiões de várzea desta porção da Amazônia. Antes de atracar é possível ver as palafitas, e a primeira impressão que elas sempre causam em que é do fora é de integração ao ambiente de água e mata, no entanto, revela-se com isto a intrínseca relação entre as pessoas e a “natureza”.

O topônimo<sup>1</sup> Jaracuera Grande surgiu a partir de uma estrutura feita de madeira chamada jirau muito utilizada pela população amazônida com intuito de proteger algum objeto ou alimento das cheias periódicas. E um componente principal da casa ribeirinha pode ser versátil hora serve de armário mais especialmente e local de preparar peixe.

Durante o movimento da cabanagem<sup>2</sup>, os revoltosos se estalaram na jovem ilha por intermédio dos referidos jiraus, haja vista que eles estavam de passagem, por isso necessitavam de uma estrutura simples para proteger tudo que carregavam das intensas cheias do rio e também para o descanso. A madeira resistente utilizada na construção permitiu à estrutura permanecer intacta por vários anos, até a chegada dos primeiros habitantes.

Os primeiros moradores da ilha, quando passavam pelo rio em frente aos restos das estruturas dos jiraus, lembravam da ocupação pelos cabanos e diziam tratar-se de “jirau que era”, surgiu, então, o nome a partir desta expressão popular “jirau que era”. Essa expressão foi mudando com o tempo até se tornar “Jaracuera” e o adjetivo “Grande” está relacionado ao tamanho da Ilha em extensão.

A pesca na localidade sempre fez parte da vida das pessoas, já o acordo de pesca existente na localidade é mais recente, como definido por Silva e Conceição (2021) é uma forma de gestão dos recursos pesqueiros. Desse modo, o que se busca é a posse ou controle

---

<sup>1</sup> Significados que as pessoas dão ao lugar. (Esquerdo, 2021).

<sup>2</sup> Movimento formado por cablocos, indígenas e negros contra as condições deploráveis de trabalho, durante o ato várias cidades foram tomadas entre 1835 a 1840. (Almeida, 2010).

comunitário sobre uma área de pesca, mas isto envolve outros motivos intrínsecos não meramente econômicos. Ademais, o rio para esses sujeitos ribeirinhos que buscam seu controle é algo com valor cultural e simbólico historicamente construído, por isso ele está além da sua simples utilidade do dia a dia.

Em diversas áreas de conhecimento tem se organizado discussões pertinentes para o entendimento das experiências de constituição de acordos de pesca, tanto no sentido de direito, quando de proteção das populações tradicionais (Costa, 2010). Outros os analisam a partir da ótica hardiliana<sup>3</sup>, onde tudo que é de uso comum está fadado à tragédia, ou simplesmente pelo viés econômico. Por isso, constitui um tema interdisciplinar, mas a postura adotada nesta análise parte do conceito geográfico de territorialidade, respaldada numa abordagem da dimensão humana e suas relações. Nesta perspectiva, o foco está nos protagonistas dos acordos de pesca, que são produtores agroextrativistas ribeirinhos de Jaracuera Grande.

Ademais, o acordo ganha novas formas de pensar sua importância quando ele é analisado como “morada” dos sujeitos, onde estão suas memórias, desenvolveu-se sua cultura, território e saberes. Com isso cabe entender a temática a partir da perspectiva territorial, sendo que não se trata da mesma lógica do território político-administrativo (do Estado, segundo Haesbaert (2004) em seu sentido “normativo”), pois o que lhe diferencia deste é a questão das relações humanas, existencialidade, construção diária de uma identidade, o sentimento de pertencimento, tudo isso forma o que Sack (2011) chama de “territorialidade humana”, na geografia redefinida por autores como Raffestin (1993), Souza (1995), Haesbaert (2004), entre outros.

Raffestin (1997) apresenta como característica da territorialidade a dimensão do vívido. Os saberes-fazerem então sustentando esta dimensão, pois ser um pescador necessariamente implica em aprender a reconhecer empiricamente a maré, identificar fenômenos meteorológicos, saber lidar com os aparatos de pesca para o êxito da empreitada, conhecer os movimentos e comportamentos das espécies aquáticas. Ou seja, este saber só pode ser aperfeiçoado se for vívido.

Analisar a partir da ótica deste conceito permite perceber a relação entre o concreto e o abstrato e como o espaço é ressignificado, carregado de valores simbólicos, e se torna especial para quem o transformou, por estar ligado a valores permanentes que cada sujeito carrega consigo (Pereira, 2020).

---

<sup>3</sup> Referência à obra do biólogo americano Garret Hardin: a tragédia dos comuns, em sua tese de doutorado, Fabiano Mendes revela o perigo que os bens comuns representam para a sociedade capitalista individualista, por isso eles devem a todo custo ser monetizados pelo Estado. (Mendes, 2012).

A partir do que foi apresentado, compreende-se que antes da formação do acordo sempre existiram as relações entre os sujeitos sociais historicamente constituídos nos espaços rurais ribeirinhos, vilas e cidades, atravessadas por uma relação capitalista, mesclada entre os moldes iniciais do capital e formas tradicionais. Diante disso, cabe a indagação central deste trabalho: quais foram as transformações na territorialidade ribeirinha de Jaracuera Grande promovida pelo estabelecimento do acordo de pesca? e como o acordo de pesca transforma as relações socioeconômicas locais ao longo de sua existência?

Visando responder à problemática, o objetivo deste trabalho é analisar os benefícios socioeconômicos do acordo de pesca para a comunidade de Jaracuera Grande. De forma mais específica buscou-se descrever como o acordo de pesca tem influenciado diretamente nas melhorias para a comunidade, no que se refere a renda e a alimentação e também conhecer as principais mudanças nas relações entre as pessoas da comunidade após a criação do acordo, relacionada a práticas como a ajuda mútua e o sentimento de pertencimento ao lugar.

Os motivos para a discussão desta temática têm relação com a realidade vivida pelo autor, além disso, os acordos de pesca vêm se constituindo o principal mecanismo para a proteção da fauna e flora da região ribeirinha. Os recursos são usados de forma controlada e igualitária, mesmo imerso em uma sociedade por padrão capitalista individualista, contraditória e desigual. Dentre os recursos protegidos, encontra-se a espécie de peixe mais apreciado na culinária do baixo Tocantins, o mapará (*Hypophthalmus spp*).

O presente estudo justifica-se por trazer novos elementos para discussão sobre acordo de pesca na Amazônia Tocantina, mostrando especialmente o ponto de vista dos participantes, contribuindo para o entendimento de uma dinâmica moldada a partir da criação dessas formas de manejo comunitário pesqueiro. Além disso, a região cametaense é cercada por várias ilhas e com estudos científicos insuficientes a respeito de suas dinâmicas territoriais específicas, o que torna essa discussão ainda mais rica para o meio acadêmico.

O trabalho resultou de uma pesquisa exploratória de campo com abordagem qualitativa (Minaio,2003). Esta abordagem tem o intuito de entender como se dão as relações humanas e suas ações. Tais afirmações norteiam o estudo em direção às particularidades dos ribeirinhos, vislumbrando suas práticas sociais, seus saberes e fazeres e sua capacidade de resistir aos projetos do capital. Marconi e Lacatos (2003) reforçam que a abordagem tem em vista analisar o âmago das relações humanas que não podem ser qualificadas.

O presente trabalho foi desenvolvido em várias fases, na primeira através da pesquisa bibliográfica baseada em um apanhado interdisciplinar, que considerou o ponto de vista de várias áreas do conhecimento, como ecologia, direito ambiental e biologia, e especialmente, a

geografia, ou seja, buscou-se levantar trabalhos que contribuíssem para o entendimento da dinâmica da realidade ribeirinha na Amazônia moldada através dos acordos de pesca. Fez-se necessário, ainda, definir como norteador da pesquisa o conceito de territorialidade, na perspectiva de geográfica (Raffestin, 1993; Sack, 1983 e Haesbaert, 2004; 2010).

Foi realizada coleta de dados na comunidade de Jaracuera Grande no período de 12 a 19 de novembro de 2023, por intermédio do trabalho de campo: durante o campo foi aplicado entrevista semiestruturada com 7 participante do acordo, todos pescadores, sendo 2 mulheres e 5 homens. Dentre os representantes do sexo masculino havia, 2 jovens e 2 lideranças na comunidade e o presidente do acordo, este último em especial respondeu a perguntas referente as estruturas do acordo.

O trabalho de campo em geografia representa a possibilidade do pesquisador está diante de seu objeto de estudo, este pode interpretar o mundo a partir da ótica dos sujeitos nesse universo, em especial na geografia envolve a observação guiada pelos instrumentos da pesquisa e torna-se essencial para alcançar a totalidade. (Suertegaray, 2002).

A análise de documentos representou uma fase importante, permitiu realizar uma sondagem no âmago dos principais problemas enfrentados na comunidade, as principais regras do acordo. Os documentos foram cuidadosamente analisados, por serem na sua maioria manuscritos produzidos pelas próprias pessoas do acordo, como “ata da reunião do acordo de pesca da comunidade de Jaracuera Grande de 2007, 2008 e 2013.

Quando o pesquisador está familiarizado com o objeto da pesquisa, torna-se essencial estranhar aquilo que parece familiar. Também é de mesma importância perceber o que as expressões dos entrevistados estão comunicando, portanto, para o êxito da coleta dos dados é fundamental a organização geral anterior ao campo (Leitão, 2021). O processo de análise dos dados obtidos nas entrevistas seguiu quatro etapas: transcrição do material, pré-análise, exploração do material: tratamento e interpretação dos dados, recorrendo-se à técnica de análise de conteúdo temática por frequência de Bardin (2011).

Na primeira etapa, foi ouvir novamente os áudios e transcrever algumas informações que não foram capturadas no ato da entrevista, respeitando com fidelidade as palavras mencionadas, haja vista que cada indivíduo apresenta uma singularidade. Na etapa seguinte, foi realizada uma leitura com intuito de familiarizar-se com os relatos. Na terceira etapa, ocorreu a redução do material das entrevistas, norteado pela pergunta de pesquisa e pelos objetivos. Cada tema importante para a discussão foi codificado. Por fim, os trechos temáticos foram extraindo do contexto da entrevista para serem comparados aos demais. Dessa forma, percebe-se que eles pertenciam a duas categorias centrais, anterior e posterior à formação do

acordo de pesca, estas, porém, se dividem em categorias menores ou subcategorias (Bardin, 2011).

A partir do momento em que os trechos foram extraídos, eles foram dispostos em unidade de registro e unidade de contexto, a primeira representa o tema resumido, já a segunda contextualiza a fala com mais elementos da entrevista. Essa forma de organização evita que o pesquisador esteja sem noção de onde surgiu o tema, e impede que haja uma nova leitura de toda a entrevista. Porquanto, muitos temas se repetiam nas respostas ou pertenciam ao mesmo contexto, por isso foram agrupadas por frequência. Cada entrevistado foi identificado de P1 a P7 em ordem cronológica das entrevistas.

Na mesma ocasião, com o auxílio de um participante do acordo, foram coletados os pontos de coordenadas para realizar o projeto cartográfico da área concernente ao acordo. Para isto, utilizou-se o aplicativo GAIA GPS. Cada fenômeno importante para a pesquisa foi marcado com um ponto: poços de mapará, assoreamento e a área do acordo.

Com os dados coletados em campo, foram inseridos no software QGIS 3.28, passando pelo tratamento até cada elemento estar representado no mapa. É importante frisar que a pesquisa apresentou memórias individuais e coletivas a partir de relatos e narrativas dos pescadores de Jaracuera Grande. As informações foram tabuladas e organizadas em um quadro com os dados coletados em campo, organizados por categorias, subcategorias e a frequência dos temas nas falas dos entrevistados.

Este estudo está organizado em 5 sessões, na primeira são descritos o contexto histórico dos acordos, bem como as definições de alguns autores, as políticas que o Estado do Pará tem adotado para legalizar os acordos, além do conceito de territorialidade. Na segunda sessão, realiza-se uma descrição do acordo de pesca de Jaracuera, já na terceira, faz-se um levantamento sobre a formação do acordo de Jaracuera. Na quarta sessão, será descrito sobre as dinâmicas socioespaciais do acordo.

Ao final conclui-se que o acordo proporcionou uma reconstituição da territorialidade, sendo essencial para a comunidade, proporcionando alimento, renda e tem um papel relevante na formação da identidade dos habitantes de Jaracuera Grande

## **A TERRITORIALIDADE DOS ACORDOS DE PESCA**

A partir de 1960, a pesca é inserida na economia brasileira, o governo passa a subsidiar novas tecnologias de pesca, como barcos motorizados, gelo, redes, etc. através da SUDEPE: Superintendência de Desenvolvimento da Pesca. Dessa forma, na Amazônia surgiram

diversas empresas de beneficiamento de pescado, especificamente em Belém e Santarém. Isto resultou em uma maneira rápida de conseguir trabalho e gerar renda por parte dos ribeirinhos, em contrapartida, a prática potencializada pelo capital levou à exaustão dos recursos pesqueiros em lagos e rios da região (Vilhena, 2011).

A primeira experiência de acordo de pesca a ser transformada em portaria surge na localidade de Maica, em Santarém, 1999. Isso ocorreu mediante a parceria entre a Colônia de pescadores projeto Várzea e o Ibama. A utilização forçada da terra para a pecuária e a pressão sobre os cardumes por pescadores comerciais catalisou a organização dos acordos nessa localidade (Mitraud; Mcgrath, 2013)

Dessa forma, os acordos surgem na Amazônia de iniciativas locais exatamente para tentar manter os territórios pesqueiros, apoiados por lideranças religiosas e representantes da comunidade, em paralelo ao movimento dos seringueiros. Nesse sentido, com os acordos há uma reorganização do território pesqueiro, por meio do estabelecimento de regras de acesso pelos próprios pescadores (Castro; MCGrath, 2010).

Os acordos inicialmente estavam sobre a tutela da comunidade, sem regras claras e sem articulação com outras autoridades competentes, o que deu margem para contestar sua legalidade, gerando diversos conflitos pela posse dos recursos pesqueiros. Conflitos principalmente entre pescadores que utilizam o recurso como meio de subsistência e pescadores empresários capitalizados ou voltados principalmente para a comercialização do pescado (Castro; MCGrath, 2010).

Com a extinção da Superintendência de desenvolvimento da pesca, (SUDEP), é criado o IBAMA, mas este órgão também mantém características do anterior, exatamente impondo resistência à participação popular nas suas formas de resolver esses conflitos. A primeira medida tomada para reduzir o problema era de forma técnica, onde as decisões no que refere aos acordos eram verticalizadas, o IBAMA controlava as ações, diante disso, devido às particularidades da região amazônica e a estrutura precária do IBAMA, esse modelo apresentou e apresenta falhas. (OVIEDO *et al.*, 2015)

A redemocratização do país, após a Constituição Federal de 1988, refletiu em mudança estrutural do IBAMA. O órgão mudou sua forma de intervir nos últimos anos, com isso coube aos estados definir a forma de administração da pesca, isto possibilitou incluir as realidades de cada local nas propostas. A partir de então, foram desenvolvidos modelos de cogestão dos recursos, envolvendo o Estado e os usuários dos recursos (Ferreira; Silva, 2017).

Estudos como o de Pamela Costa (2010, p.18), que tratam da definição de acordo de pesca, afirmam que:

Os Acordos de Pesca são elaborados por moradores comunitários que pescam em um mesmo sistema de lagos, de áreas de várzeas, igarapés, furos, dentre outros. Uma das medidas tomadas é a limitação de acesso à área de pesca aos pescadores que não fazem parte do grupo que tradicionalmente pesca na região, os chamados “pescadores de fora.”

Já para Castro e McGrath (2003), os acordos são um conjunto de regras baseado nos conhecimentos empíricos dos ribeirinhos sobre a pesca, criam regras de acesso aos recursos em um limite preestabelecido.

Para Vilhena (2011, p.103) SÃO DEFINIDO como:

os acordos de pesca são definidos como um conjunto de normas criadas pela comunidade usuária dos recursos pesqueiros de uma determinada região, com o auxílio e apoio de órgãos governamentais que ajudam na fiscalização e controle da atividade pesqueira, com o intuito de garantir a produtividade pesqueira em áreas ameaçadas.

Em relação aos problemas relacionados á pouca participação dos ribeirinhos na criação das normas, a saída foi a gestão participativa envolvendo vários atores como Universidade, ONGs, poder público federal, estadual e municipal, colônia de pescadores, comissão pastoral da pesca. Recentemente o projeto várzea uniu se para aproximar os interesses dos ribeirinhos e do Estado (OVIEDO *ET AL.*, 2015).

A partir de 1999, o projeto várzea celebrou a transformação de vários acordos de pesca em portaria. Por meio do projeto, em parceria com o INCRA, foi possível regulamentar a ocupação da várzea no baixo Amazonas, utilizando o modelo PAE: Projeto de Assentamento Agroextrativista. Vale ressaltar que a várzea é considerada propriedade do Estado (terra da União), no entanto, mesmo sem a posse, já existia a comercialização da terra (Costa, 2010).

Com o auxílio do pro-várzea os acordos no Baixo Amazonas evoluíram enquanto organização política e social constituída por regras claras de controle do território, além disso, com a posse da terra, tornou legal a reivindicação para melhoria da comunidade. Embora o rio continua livre para o tráfego, o acesso aos recursos é controlado pela comunidade, com respaldo dos PAEs. Sendo assim uma estratégia para coibir a entrada de pescadores comerciais. (OVIEDO, 2015).

Os ribeirinhos demonstraram serem agentes importantes para resolver os problemas sociais e ambientais, além disso, adquirindo a posse do território permitiu a fortificação enquanto grupo social, assim as suas demandas e reivindicações não estão mais isoladas, sua força política é notória quando é desempenhada em conjunto (Almeida, 2006; Pantoja, 2010).

Haja vista que os acordos estão potencializando os direitos dos ribeirinhos, especialmente o de moradia, local do vivido carregado de significados, onde se materializam as práticas social, ou seja, está inserido na dimensão do simbólico, além da relação meramente econômica, essas relações que eles mantêm com o território vai de encontro na maioria das vezes com os interesses de agentes externo. (HAESBAERT, 2010).

No que tange à legalidade dessa forma de acordo, ainda encontra entraves jurídicos, já que pertence ao Estado e à União o poder de legislar sobre os recursos advindos dos rios. Fica claro que os ribeirinhos têm dificuldade em lidar com esse processo, uma vez que os trâmites legais que envolvem vão além da esfera a que se tem acesso. Diante disso, o Estado do Pará tem criado programas como regulariza Pará, através do DECRETO ESTADUAL N 2.745 DE 9 DE NOVEMBRO DE 2022, para facilitar o acesso aos serviços de legalização e deixar claro as regras dos acordos no Pará, considerando as particularidades da pesca em cada município, as principais novidades nas regras no município de Cametá são:

Não se deve realizar a pesca do mapará fifti.

Não se deve realizar a pesca com flecha no fundo, arpões, espingardinha, aparelhos de mergulho.

Não se deve realizar pesca com puçá na área do acordo.

Não se deve realizar a pesca com rede de malha menor que 7 cm.

Não se deve realizar a pesca do mapará menor que 29 cm.

A NORMATIVA Nº 02 DE 07 DE OUTUBRO DE 2022, também avança em direção à legalização atribuiu a semas do Estado do Pará a homologação e fiscalização dos acordos de pesca, em 2024 o órgão reconhece como legal os acordos de pesca do Município de Cametá incluindo Jaracuera Grande através da PORTARIA N. 288 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024.

Mesmo sem entender os detalhes, essas comunidades ribeirinhas utilizam a territorialidade para controlar uma área e definem quem deve ou não ter livre acesso (Sack, 1993). Isto se torna evidente quando há um esforço por parte da comunidade para reduzir o acesso ao perímetro do acordo, para isso são utilizadas estratégias territoriais e não territoriais. O primeiro comportamento do grupo é reconhecer que o local é importante para várias pessoas, adquire assim, posição de território, uma vez que está embutido em uma relação de poder. Já a ação não-territorial se expressa pela retirada de outros pescadores comerciais daquele território através da intervenção física, durante o trabalho de campo os entrevistados relataram que tiveram dificuldade no início em fazer com que as pessoas de fora reconhecessem aquele espaço como um acordo de pesca o que gerou conflitos severos.

Haesbaert (2010) entende que para os grupos tradicionais o território adquire novos sentidos, pois está relacionado a produção da subjetividade e a um espaço de aprendizado onde se materializam as práticas sociais, portanto simbólicas. O acordo de pesca representa isso, a busca por manter um modo de vida ribeirinho, a consolidação em quanto acordo facilitou a criação de signos como os borqueios, os momentos de reunião, o compartilhamento dos mesmos ideias fortalece a identidade com o local e reúne as memórias.

Corroborando Rafestin (1993), sinaliza que a relação mantida com o território e tão significava que será determinante para a relação com as outras pessoas. Todos da comunidade estão sempre em contato com outros segmentos SÓCIAS como Igrejas e escola, mais quando se trata do acordo, para as pessoas que estão no controle do território primeiro esta as regras de acesso ao espaço, mesmo que as pessoas de fora sejam conhecidas se eles violam as regras serão punidas.

## **AS CARACTERÍSTICAS DO ACORDO DE PESCA DE JARACUERA GRANDE**

O acordo de pesca de Jaracuera Grande teve participação, mas nos últimos anos apenas 32 famílias fazem parte efetivamente das ações. As atividades de pesca são desenvolvidas de março a outubro, a partir desse período ocorre a piracema<sup>4</sup> ou reprodução dos peixes, por isso, a pesca na bacia do rio Tocantins é suspensa.

Em Jaracuera Grande o acordo surgiu em 2001, quando a população se mobilizou para reivindicar aquele perímetro de pesca, tendo como exemplo o êxito de outras comunidades que já haviam implantado, como as de Limoeiro do Ajuru. No início, foi preciso muita coragem para defender o acordo, devido às constantes ameaças e conflitos. Houve vários conflitos, incluindo até mesmo violência física. Em 2003, o acordo alcançou seu auge, medido exatamente pelo maior “borqueio” da história deste acordo, no qual foram capturados 400 paneiros de mapará, aproximadamente 16 toneladas. É importante ressaltar-se que isso ocorreu em um único borqueio de rede aberta.<sup>5</sup> (Bordalo; Cruz, 2013).

Em parceria com a colônia de pescadores z-16 funcionou na casa de apoio do acordo o projeto “Pescando Letras”, possibilitando que várias pessoas da localidade que não eram alfabetizadas aprendessem a ler e escrever. Além disso, em várias ocasiões, o espaço foi usado como sala de aula do ensino fundamental, local de vacinação, espaço para reuniões do

<sup>4</sup> Período de desova dos peixes (Bordalo; Cruz, 2013).

<sup>5</sup> E uma forma de cercar os peixes com a rede, nesta prática de pesca é de suma importância o mergulhador, é ele que mergulha para empurrar o chumbo até a outra extremidade, e também amarra o cabo para ser puxado até a superfície, a rede aberta e menos agressiva as espécies, ao permitir que peixes menores continuem no rio devido o tamanho da malha utilizada. (Fonte: trabalho de campo, 2023).

acordo e também de cunho político-partidário. Trata-se de um espaço social compartilhado por todos, assim, continua sendo um local de referência para qualquer pessoa da região.

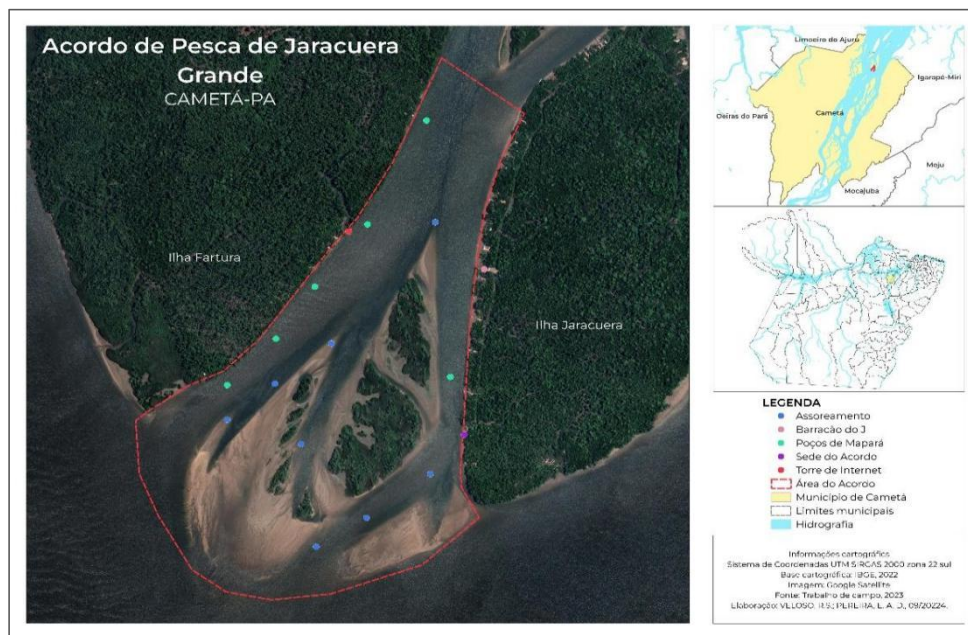
DURANTE O PERÍODO DO DEFESO, AS ATIVIDADES NO ACORDO SÃO SUSPENSAS. A partir disso, são organizadas reuniões de prestação de contas com os participantes do acordo, toda a renda adquirida com a venda do peixe é dividida entre os membros. Também é organizada uma espécie de escala para vigiar o acordo durante os meses de suspensão da pesca (de novembro a fevereiro). Ressalta-se que esse patrulhamento ocorre à noite com intuito de evitar a captura dos peixes durante a piracema. (Trabalho de campo, 2023)

As principais atividades econômicas desenvolvidas em Jaracuera Grande são a pesca e a coleta do açaí. É evidente que não há uma sobrecarga nas atividades, pois, durante os meses de coleta de açaí, a pesca está suspensa. Existem outras formas econômicas secundárias, como extração de azeite de andiroba, cacau e criação de animais de pequeno porte em unidades familiares.

A pesca do camarão é outra atividade importante para as famílias de Jaracuera Grande, dependente da maré para ocorrer, ou seja, quando a maré está baixa, é o momento dedicado a retirar o camarão do matapi <sup>6</sup>(instrumento de pesca mais utilizado no acordo).

Jaracuera Grande está localizada à margem esquerda do rio Tocantins, um braço deste rio divide as ilhas de Jaracuera e Ilha da Fartura, onde está presente o acordo (Figura 1).

Figura 1 - Mapa de localização da ilha de Jaracuera Grande área do acordo.



<sup>6</sup> Armadilha para capturar o camarão.

Quando um pescador e/ou família adere ao acordo passa a seguir as regras, usufruir dos benefícios da pesca, bem como consumir peixes capturados em qualquer parte do acordo; ter responsabilidade na proteção contra a caça e a pesca ilegal, participar das decisões, bem como o limite do seu terreno torna-se o limite do acordo (Bordalo; Cruz, 2013). O acordo já apresentou várias configurações, mas a atual é apresentada na Figura 1. O assoreamento do rio é certamente a ameaça mais significativa, cerca de 30% do território de pesca encontra intensamente assoreado. A visibilidade é mais gritante quanto trafegamos pelo rio na maré baixa. (TRABALHO DE CAMPO, 2023)

O acordo de pesca faz parte do dia a dia das pessoas da comunidade, por estar literalmente na frente das residências, permitindo o monitoramento durante o dia sem precisar de barco, como observado na Figura (2). sobre isso, Raffestin (1993) analisa que ao se tratar de territorialidade a relação com o território antecede as relações com as pessoas.

Figura-2 Vista panorâmica da comunidade de Jaracuera Grande.



Fonte: próprio autor

## **A CONSTRUÇÃO DO ACORDO DE PESCA DE JARACUERA GRANDE**

Dentre os entrevistados do sexo masculino, destacaram-se 2 jovens, variando entre os entrevistados o tempo de prática de pesca: 9, 10, 20, 30, 40, e 60 anos. Esses tempos refere-se ao período tanto antes da formação do acordo quanto ao período após sua criação. Todos os entrevistados relataram ter alguma função no acordo desde sua criação.

As funções específicas de cada pescador entrevistado incluem: a) piloto de talero: responsável por remar e guiar a embarcação, já que o talero está o tempo todo com as mãos ocupadas; b) Talero: aquele que identifica os cardumes com um instrumento fino e longo, chamado Tala,<sup>7</sup> personagem principal dos borqueios; c) Remadores do casco com rede: rema o mais rápido possível juntamente com outros homens quando o talero sinaliza para abrir o borqueio; além do Secretário e o presidente do acordo.

As mulheres também fazem parte do grupo que produz os utensílios de pesca, como o matapi: uma armadilha feita de tala de uma palmeira chamada jupati. Elas tecem ainda o paneiro: o principal artesanato da localidade devido à sua larga utilidade. Seu formato próximo ao cilindro, com cerca de 12 cm de altura, permite seu uso em diversas em tarefas no que se refere ao transporte de açaí e peixe.

Abaixo, no Quadro 1, estão sintetizadas as relações sociais e de trabalho na pesca na comunidade de Jaracuera Grande, antes e após a formação do acordo.

Quadro 1- Síntese comparativa das relações sociais e de trabalho em dois momentos: antes e após a criação do acordo de pesca de Jaracuera Grande, Cameta-Pa.

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS.	UNIDADE DE REGISTO.	UNIDADE DE CONTEXTO.	FREQUÊNCIA
POSTERIOR AO ACORDO.	ASPECTOS ECONÔMICOS	Preservação	“O acordo é muito importante, a gente tem peixe por causa dele.”	21
		Subsistência e comercialização	“O peixe retirado daqui é para comer e vender também, na abertura da pesca <sup>8</sup> , mas para vender.”	20
		Renda	“A renda melhorou bastante, compraram rede de borqueio, casco e os trabalhadores ganharam mais porque tiveram mais peixe.”	18
		Estoque pesqueiro.	“Se você quiser fazer um teste e só vigiar uns 15 dias, aí você ver peixe avortado <sup>9</sup> , e muito rápido que dá peixe. ”	16

<sup>7</sup> É um instrumento com aproximadamente 6 metros, produzido a partir do caule de uma palmeira conhecida na localidade como paxiúba. O taleiro introduz ela na água e, através do atrito que o cardume de mapará faz na tala, dizem os mais experientes que é possível calcular a direção de movimentação do cardume, o tamanho do peixe e até a quantidade. (FONTE: TRABALHO DE CAMPO, 2023).

<sup>8</sup> Ocorre no primeiro dia de março, e é um momento onde todos se reúnem para pescar o mapará, mas também momento de recompensa para os pescadores após meses de trabalho árduo para vigiar os acordos. (FONTE: TRABALHO DE CAMPO, 2023).

<sup>9</sup> Fartura de peixe. (FONTE: TRABALHO DE CAMPO, 2023).

	PROBLEMAS RECORRENTE.	Assoreamento	“Fica mais difícil viver da pesca porque ta secando os poços de mapará <sup>10</sup> , prejudica a pesca”.	14	
		Pesca ilegal, (descumprimento das regras)	“O problema nosso é a pesca de mergulho, é muito prejudicial, mata o peixe e espanta <sup>11</sup> o resto com a luz no fundo do rio”.	10	
	RELAÇÃO ENTRE AS PESSOAS.	Modelo de gestão participativa	“Quando vamos pegar peixe, a gente vai embarcando de casa em casa as pessoas”	10	
		Modelo de gestão participativa	“Tem que participar de tudo para ser um pescador aqui dentro, conserta rede, bota matapi <sup>12</sup> ”.	8	
		Modelo de gestão participativa	“A vigilância a gente divide em grupo por noite, leva cafe, vai conversando, às vezes encontra gente malhando <sup>13</sup> , mas é difícil”.	8	
		Modelo de gestão participativa	“Quando abre a pesca, a gente se reúne para borquiar todo o pessoal leva mapará”.	8	
	ANTERIOR AO ACORDO	RELAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS.	Preservação	“Nos só ouvia falar de fartura, depois que começou a reserva, nós vimos isso”.	6
			Modelo de gestão	“Vinham outras pessoas e pegava o peixe na frente de casa, mas não dava nada”.	6
Escassez de pescado.			“Nos viaja para pescar para outras regiões, aqui poucos ficavam”.	4	
Modelo de gestão.			“Tinha três pessoas que era dono de rede <sup>14</sup> , o trabalho era só com eles.a pesca aqui não dava resultado”.	3	
Modelo de gestão.			“O dono da rede tinha as coisas, fazia festa, trazia todo ano o mestre cupijo” <sup>15</sup> .	2	

A categoria anterior e posterior ao acordo presente no Quadro 1 apresentam momentos distintos vivenciados pela comunidade de Jaracuera Grande. Dentro desses momentos, é possível perceber como as pessoas lidavam com a pesca, o território, as relações econômicas e

<sup>10</sup> Locais com maior profundidade do acordo, onde se reproduz a principal espécie preservada, o mapará, e também onde ocorrem os borqueios. (Fonte: trabalho de campo, 2023).

<sup>11</sup> Amedronta devido usar a luz durante a noite no leito do rio. (Fonte: trabalho de campo, 2023).

<sup>12</sup> E o ato de estalar a armadilha para capturar o camarão chamado matapi. (Fonte: trabalho de campo, 2023).

<sup>13</sup> Lança a rede para apanhar os peixes no rio, prática proibida no acordo (Fonte: trabalho de campo, 2023).

<sup>14</sup> Eram pessoas proprietárias do principal instrumento de pesca coletiva, a rede aberta. O que lhes dava posição de bem sucedido da época. (Fonte: trabalho de campo, 2023).

<sup>15</sup> Artista cametaense que reinventou a forma de fazer música, incluiu novos instrumentos como a guitarra. Suas inspirações estavam centradas na cultura cametaense. (Fonte: trabalho de campo),

entre os membros do acordo. A primeira categoria apresentada é a posterior ao acordo, e uma tendência de as pessoas relatarem com frequência sobre a importância positiva do empreendimento.

Relações econômicas: essa é a primeira subcategoria. dentro dela, pode-se observar as formas de economias geradas através do acordo de pesca que possibilitou melhorias na alimentação, no transporte e até mesmo no meio de trabalho com a compra de barcos motorizados. Além disso, a pesca deixa de ser apenas para alimentação e se transforma em uma fonte potencial de renda e trabalho, tornando-se, assim, propulsora de novidades tecnológicas para a comunidade, como telefone e rede própria para os borqueios. Surgem com o acordo várias formas de trabalho, como marreteiro<sup>16</sup>, vigia<sup>17</sup>, remador do casco com rede<sup>18</sup>, taleiro<sup>19</sup>, e mergulhadores<sup>20</sup>, além das funções administrativas, todos sujeitos a receber seu pagamento proporcional à quantidade de peixe pescado. De acordo com Raffestim (1993, p.161).

Essa territorialidade resume, de algum modo, a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica e um conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação.

Além disso, para se estabelecer essa estrutura econômica por meio da pesca, é necessário que os peixes estejam localizados no espaço definido pelo acordo, que se reproduzam, atijam os tamanhos adequados para o manejo, etc. É uma tarefa difícil se for considerado que o rio é aberto e o acordo é apenas uma pequena parte do rio, a territorialidade é extremamente útil nesse contexto, uma vez que, uma de suas facetas é “reduzir o acesso a coisas no espaço” (Sack, 1986).

Atualmente o principal problema recorrente é a pesca de mergulho. A ameaça está nos materiais utilizados nesta prática agressivas a todas as espécies e sem distinção de tamanho do pescado. É possível visualizar os instrumentos na Figura 3.

<sup>16</sup> Pessoas encarregadas de vender o peixe em outras localidades (Fonte: Trabalho de campo, 2023).

<sup>17</sup> Pessoas que patrulham o rio durante a noite de modo a evitar qualquer tipo de pesca, especialmente durante a piracema. (Fonte: Trabalho de campo, 2023).

<sup>18</sup> São indivíduos experientes que remam para impulsionar o casco durante os borqueios. (Fonte: Trabalho de campo, 2023).

<sup>19</sup> Geralmente, é o pescador que tem a função de maestro do grupo, por ser ele que indica onde lançar a rede, o momento de puxar a rede e ele que divide o peixe para cada pessoa da comunidade. (Fonte: Trabalho de campo, 2023).

<sup>20</sup> São aqueles que mergulham para trançar a rede e amarrar os cabos no chumbo da rede para poder ser puxado até a superfície durante o barqueiro. (Fonte: Trabalho de campo, 2023).

Figura 3 - Equipamento de pesca de mergulho



Fonte; proprio autor

A utilização desta forma nova de pesca pode causar o desaparecimento de espécies maiores, já que são mais visíveis, como o tucunaré (*Chichla Ocellaris*), e amedrontar as menores, pois a luz da lanterna usada para visualizar os peixes submersos afugenta os peixes dos locais em que encontram abrigo no fundo do rio. Nesta prática, o pescador “moderno” mergulha com visor para proteger os olhos e uma espécie de flecha e a lanterna, ilustrada na Figura 3.

Outro problema é o assoreamento do rio, resultado ainda visível da construção da hidrelétrica Tucuruí (Bordalo; Cruz, 2013). Para quem está inserido diretamente, como os pescadores, as mudanças são catastróficas. O que hoje é um rio logo mais será um banco de areia, o que torna quase impossível navegar quando a maré está baixa, além disso, a diminuição da profundidade dos *poços de mapará*, das áreas de pesca, compromete ainda mais a situação, como visto na Figura 4 e no Mapa 1.

Figura 4 - área de assoreamento em Jaracuera Grande



Fonte: próprio autor.

O mapará é a principal espécie preservada no acordo; ele se abriga e se alimenta nos poços com certa profundidade. Por isso, o assoreamento e a pesca de mergulho representam uma ameaça ao manejo da espécie que proporciona os borqueios.

A relação entre as pessoas, conforme apresentado no Quadro 1, mostra que o acordo contribuiu para aproxima-las. Todas as atividades realizadas são coletivas. Ademais, as decisões sobre a defesa do território são em conjunto, como apontado nas atas das reuniões: “No dia 20 de janeiro de 2008, reuniu-se na casa do acordo para tratar sobre a vigilância do acordo. ficou definido que a vigilância será realizada por grupo; cada grupo será composto por 4 pessoas”.

O borqueio também é um exemplo do trabalho em grupo na pesca do mapará (Figura 5). Na sua obra, Sack (1986), entende que o local passa a se tornar território quando as fronteiras são usadas para fins de controle. E um grupo portanto controla ainda mais do que um território: a vigilância do acordo é realizada para controlar o acesso dentro do território de pesca. Geralmente, a punição para quem transgride as regras é uma advertência verbal, mas pode evoluir para outras formas mais energéticas, como corte do seguro defeso do infrator.

Figura 5 - Abertura da pesca 2023 na comunidade de jaracuera



Fonte: próprio autor

O borqueio é um ato de trabalho, mas também de descontração, onde se encontram os amigos e parentes. quando o *talero* sinaliza com o chapéu, os remadores fazem movimentos sincronizados e lançam a rede em forma de círculo para aprisionar o cardume. em seguida inicia-se a fase considerada mais difícil pelos pescadores que consiste em mergulhar para trançar a rede no fundo. Por fim, a rede é puxada até a superfície, como evidenciado na Figura 5. Esse processo pode variar entre 1 a 2 horas de execução. Os conhecimentos envolvidos são passados de geração em geração, adquire um forte valor simbólico e geram memórias afetivas, pois é um momento em que os mais experientes contam suas histórias de vida relacionadas à pesca. (Hasbaest, 1997).

Nos últimos anos, o borquio ganhou importância para além do local, especialmente o primeiro dia de abertura da pesca, quando o rio Tocantins fica repleto de embarcações. Outras pessoas que não participam do acordo também ganham peixes no borqueio . “A Territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais ela é combustível a todas as relações e seria possível dizer que de certa forma ela é a face vivida da face agida do poder”. (Raffestin, 1996).

A figura feminina não é apenas coadjuvante, também participa das tomadas de decisões, expondo suas opiniões nas reuniões. Conforme registrado nas atas de reunião do dia 23 de novembro de 2005, A maioria das assinaturas era feita por mulheres. elas também relataram durante a reunião que estava reduzindo a quantidade de camarão porque estavam “lançando” à noite. A pesca de camarão é realizada, em sua maioria, por mulheres.

## **RELAÇÕES ECONÔMICAS DA PESCA ANTERIOR AO ACORDO NA COMUNIDADE DE JARACUERA**

A pesca na localidade estava centralizada nas mãos de apenas algumas famílias, pessoas de maior poder aquisitivo da época. Elas eram as proprietárias da rede e de toda a estrutura de pesca, além de possuírem a maioria das terras da ilha onde se plantava cacau. Todos os pescadores disputavam uma vaga para trabalhar com eles, suas famílias; estas geralmente tinham prestígio na localidade, em suas casas eram realizadas a Festa de Santo particular celebração de missas e batizados, por isso, tinham muitos afilhados na localidade. Os entrevistados de maior idade revelaram ter participado deste *sincretismo religioso*<sup>21</sup> com a presença de artistas renomados da região, como mestre Cupijó. Por isso, quem não tinha

---

<sup>21</sup> E a mistura de festa de santo, batizado durante o dia e a noite, a presença de bandas, músicas e dança e venda de bebidas alcoólicas. Fonte: trabalho de campo.

amizade com essas família viajava para pescar em outras localidades. “Eu participava das festas todo o ano; na turma eu era piloto de talero, aí tinha que participar, naquele tempo mestre Cupijó tava no auge, tinham uns banguê<sup>22</sup> também bons”. (p 5).

Nesse sentido, a pesca era a principal forma de economia, haja vista que o açai não tinha valor de mercado como hoje, não havia manejo; tudo o que era produzido só atendia o próprio consumo. O mapará sempre foi a espécie mais requisitada na localidade; porém, não existiam regras para realizar a pesca, o que dava margem também para outros pescadores retirarem os peixes e sequer contemplarem a comunidade com uma pequena parte. “Eles vinham aqui, pegava os peixes no porto de casa e não dava nem a boia<sup>23</sup>”(p.3).

Em resumo, antes do acordo, a pesca era centralizada nas mãos de poucas pessoas na localidade, elas decidiam que iriam trabalhar e qual seria o valor do pagamento de cada um. A maioria do mercado que ocorria era baseado na troca de produtos onde os ribeirinhos trocavam o peixe pela farinha, fumo entre outros produtos com outras comunidades.

## **AS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS DO ACORDO**

Tanto os jovens quanto os homens adultos e as mulheres, participam efetivamente nas atividades do acordo de pesca de Jaracuera Grande. “A gente aprende desde cedo a ser pescador aqui dentro, nos bota matapi, nos conserta as redes, eu sempre tento ensinar para o mais novo aquilo que eu aprendi”. (p. 6)

Santos (2019), ao estudar, no período de junho 2013, os acordos de pesca em três comunidades no baixo Tocantins, incluindo Jaracuera Grande, também reconhece a importância do acordo no sentido econômico, mas também no sentido social. Para o autor, inegável que o acordo é uma fonte de trabalho, a comercialização do mapará e das outras espécies oferece renda e melhorias na comunidade; além disso, o acordo serve como elo que aproxima aqueles que participam. De certa forma, o sistema igualitário desenvolvido no acordo, tanto nas tomadas de decisões quanto no compartilhamento dos peixes, fortalece o grupo e a cooperatividade.

Para a comunidade, o acordo tem várias funções, uma delas é de proteger as espécies da pesca agressiva, como a pesca de mergulho, além disso, possibilita manter os cardumes na

---

<sup>22</sup> Grupo de pessoas que fazem rima em forma de música, a inspiração são vivências do dia ribeirinho, geralmente acompanhados por instrumentos simples como tambor e o triângulo. (Fonte: Trabalho de campo, 2023).

<sup>23</sup> Almoço

localidade, para o êxito dos borqueios. O acordo aumenta os estoques pesqueiros, logo, está automaticamente ligado à melhoria da renda do pescador (Aquino, 2018).

Vilhena (2011, p.162), também constatou que “as relações nas atividades produtivas acabam por contribuir para a consolidação dos laços de amizades e parentesco, uma vez que se materializam em formas de expressão de confiança entre os moradores da região”. A dinâmica da comunidade está relacionada às práticas ou trabalhos no acordo durante o ano inteiro. As mesmas pessoas participam de todas as fases dos trabalhos, desde a mais simples, como consertar a rede de pesca, até a mais complexa, como borquiar. Dessa maneira, pode-se dizer que o acordo é um ponto de encontro, e também de referência para outras pessoas que não conhecem a comunidade.

Cabe mencionar que a celebração do acordo de pesca representa um “trunfo territorial” para a comunidade, exatamente por estar protegendo a espécie mais apreciada no baixo Tocantins (recurso). Criar um acordo, possibilita continuar desenvolvendo o modo de vida ribeirinho, as práticas sociais, os saberes; é uma forma de resistência e re-existência, porque o que se busca com essas estratégias territoriais é reforçar a ação política comunitária preservacionista, ou seja, estão além da simples relação econômica mercadológica (Pereira, 2014).

Desse modo, o acordo proporciona o fortalecimento dos vínculos entre os participantes, a identificação com o local. Isso fica muito claro quando alguém pergunta de onde você é, as pessoas respondem: “do Jaracuera, a terra do mapará”. Ou, então, elas dizem: “eu faço parte da reserva”, fazendo referência ao acordo. Sobre isso Haesbaert (1997, p 47), alerta que a territorialidade não se limita apenas a relações de poder ou a criação de novas relações espaciais, Além disso, permite que os “grupo dominante elejam seguinos que iram lhes diferenciar dos demais esta força simbólica, que só se manifesta para aqueles que ali vivem, forjam as, identidade territoriais”.

Dessa maneira, pode-se dizer que o acordo é um espaço produtor de memórias, as pessoas que participam seja da abertura da pesca ou de outras atividade mantém um vínculo com esse espaço, mesmo que não estejam no local durante o evento lembraram sempre com muito ímpeto do célebre momento e das práticas desenvolvidas no acordo.

Uma das faces por excelência da territorialidade é a criação de marcas, sinais que permitam identificar a posse do território. E a própria ação territorial e não territorial para mantê-la (Sack,1986). Os territórios dos acordos de pesca são demarcados com placas de identificação (Figura 6).

Figura 6 - placa que identifica o limite do acordo



Fonte: próprio autor.

Os limites geralmente não têm um marcador fixo, mesmo assim são respeitados por todos. As regras de acesso, a proibição de algumas modalidades de instrumento de pesca, a retirada das pessoas que infringem as “leis” pelos vigilantes, são estratégias que sustentam a territorialidade. Até mesmo o comportamento das pessoas muda com as regras do acordo, elas continuam utilizando o rio como via de transporte, porém o acesso aos recursos naquele espaço é limitado.

A territorialidade, como diz Sack (1986), e as ações espaciais empregadas com intuito de limitar o gasto excessivo de energia no caso de capital. Isso fica evidente quando, através do acordo, surgem as restrições, as demarcações do espaço. Para evitar uma possível desordem que necessite de ações físicas energéticas. Sobre isso, o entrevistado, p2, afirma: “No começo foi difícil de entender as regras, mas depois pronto todo mundo ficou acostumado, aí às vezes a gente encontra gente malhando”.

Podemos perceber que a população ribeirinha, trabalha no acordo a partir dos seus conhecimentos ecológicos empíricos, protegendo as espécies até que elas alcancem o tamanho necessário para ser pescada, entretanto, isso passa, antes de tudo, pela confiança nos companheiros, haja vista que, o sucesso da pesca depende que todos cumpram as regras (Bordalo; Cruz, 2013).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acordo se mostrou extremamente útil para manter o modo de vida ribeirinho, onde o rio é o elo principal das práticas sociais. Desse modo, o controle do acesso aos seus recursos é fundamental. As lutas por direitos e o compartilhamento comum desse território forjam uma comunidade que busca, conforme as suas particularidades, a se organizar, apoiada principalmente pela Colônia de pescadores Z-16.

Além disso, a fartura de peixe após, a formação do acordo propiciou melhorias na comunidade como um todo, melhorando a remuneração de quem trabalha nos borqueios, dos vigilantes e das mulheres que produzem os matérias e instrumento utilizados na pesca.

Verifica-se que, após a criação do acordo, há uma reconfiguração da territorialidade. O espaço da pesca ganhou novos significados para as pessoas da localidade. As ações mais contundentes sobre o espaço e as relações de poder caracterizam um território da pesca. Este território passa a ser além de morada fonte de renda e alimento, adquire valor tanto simbólico quanto econômico, a dinâmica das relações sociais se altera com o acordo; a comunidade se reúne com mais frequência; as decisões são tomadas a partir do grupo, que passa a controlar o acesso e os tipos de materiais de pesca que podem ou não ser utilizados naquele perímetro.

Na atualidade, um dos desafios enfrentados pela comunidade é o assoreamento do rio, que reduz os poucos e torna difícil a navegação, assim como a pesca de mergulho, cuja prática afugenta os cardumes. A permanência do acordo significa, para a população, ter peixe de qualidade para se alimentar e comercializar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R.. Amazonia Pará e o mundo das aguas do baixo tocantins. **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, p. 291-298, 2010.

AQUINO, A.S. **ACORDOS DE PESCA COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO:** estudo de caso nos municípios de Boa Vista do ramo e Parintins, Amazonas. Dissertação de mestrado na área de Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia. 2018. Dissertação (Programa de pós-graduação Mestrado Profissional em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia)- Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2018.

ATA da reunião do acordo de pesca da comunidade de Jaracuera Grande. Cametá, 2007.

ATA da reunião do acordo de pesca da comunidade de Jaracuera Grande. Cametá, 2008.

ATA da reunião do acordo de pesca da comunidade de Jaracuera Grande. Cametá, 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís A. R; Augusto P. São Paulo: Almedina, 2011.

CASTRO, F; MCGRATH, D. O manejo comunitário de lagos na Amazônia. **Parcerias Estratégicas**, Nº 12, set. 2001. 112-126.

COSTA, P. M. **Acordos de pesca**: desafios de implementação e consolidação em áreas de várzea do município de Gurupá, Pará, Brasil. 2010. 111 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Biológicas, Belém, 2010. Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/3502>. Acesso em: 31 de out. 2023.

D'ALMEIDA, B. G. **Os acordos de pesca na Amazônia**: Uma perspectiva diferenciada de gestão das águas. Encontro Preparatório do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, v. 15, p. 56, 2006.

FERREIRA, R. R.; SILVA, R. E. D. Acordo de Pesca Como Gestão dos Recursos: O Caso da Ilha de São Miguel, Santarém, Pará. **Amazonica - Revista de Antropologia**, v.9,n.1,p.156,2018.Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/5487>. Acesso em: 23 de out. 2023.

HAESBAERT, R. **Desterritorialização e identidade**: rede “gaucha” no nordeste. Niterói: eduff, 1997.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17,8, fev. 2010.Disponível, em:<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/8731>.

ISQUERDO, A. N. A toponímia como signo de representação de uma realidade. **Fronteiras**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 27–46, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/12920>. Acesso em: 31 out. 2023.

LEITÃO, C. **A entrevista como instrumento de pesquisa científica**: planejamento, execução e análise. Metodologia de pesquisa científica em informática na educação: abordagem qualitativa de pesquisa, v 3, 2021.

MARCONI, A; LACKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: editora atlas, 2003.

MCGRATH, D. *et al.* Manejo Comunitário de Lagos de Várzeas e o Desenvolvimento sustentável da Pesca na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 1, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/4>. Acesso em: 23 de out. 2023.

McGRATH, D. G. *et al.* Várzeiros, geleiros e o manejo de recursos naturais na várzea do Baixo Amazonas. Belém: NAEA, p.91-125. 1993.

MENDES, A. F. **Para além da Tragédia do Comum** . Conflito e produção de subjetividade no capitalismo contemporâneo. 2012. 189 f. Tese (Doutorado em Direito Civil Constitucional; Direito da Cidade; Direito Internacional e Integração Econômica;) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/9249>. Acesso em nov. 2023.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. **Missao investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial**. Rio de Janeiro: Jeramonde, 2003.

MITRAUD, S. F.; MCGRATH, D. **Projeto várzea: 20 anos construindo um Sistema de gestão dos recursos naturais no Baixo Amazonas**. Brasília, DF: WWF-Brasil, 2013.

OVIEDO, A. F. P.; BURSZTYN, M.; DRUMMOND, J. A. AGORA SOB NOVA ADMINISTRAÇÃO: ACORDOS DE PESCA NAS VÁRZEAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA. **Ambiente & sociedade**, v. 18, n. 4, p. 119–138, out. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/4>. Acesso em: 23 de out. 2023.

PANTOJA, G. G. **Acordo de Pesca Instrumento para a co-gestão do uso dos recursos pesqueiros no município de Parintins-Am** dissertação de conclusão do mestrado profissional em Política e Gestão Ambiental. 2006.dissertacao (Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas. Manaus 2006.

PARÁ, Decreto, n. 2.745 de 09 novembro de 2022. Dispõe sobre o regulariza Pará. o Programa Regulariza Pará é instrumento de gestão pública, que possui como objetivo promover a regularização ambiental e fundiária dos imóveis rurais, estimular a recomposição das áreas rurais degradadas e incentivar a manutenção da vegetação nativa, por meio da aplicação dos instrumentos de regularização **Diario oficial do Estado**. 10 nov. 2022.

PARÁ, Instrução normativa, n. 2. de 07 de outubro de 2002. Estabelece os procedimentos para homologação de acordos de pesca, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS/PA) e dá outras providências. **Diario oficial do Estado**. 10 out. 2022. disponível em:

<https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/412889.pdf>. acesso em: 21 de nov. 2023.

Pará, Portaria Semas, n 288 de 28 de fevereiro de 2024. Homologa o Acordo de Pesca firmado por comunidades tradicionais localizadas no município de Cametá, no estado do Pará. **Diario oficial do Estado**. 29 fev. 2024.

PEREIRA, E. A. D. A territorialidade e a resistência: subscrição de um conceito. **Boletim Campineiro de Geografia, [S. l.]**, v. 10, n. 1, p. 121–136, 2020. Disponível em: <https://www.publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2771>. Acesso em: 30 de out. 2023.

PERREIRA, E. A. D. **As encruzilhadas da territorialidade ribeirinha: transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia tocantina paraense**. Tese de doutorado na área de geografia humana, 2014. (Programa de pós-graduação em geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RIO de Janero, 2014.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Sao Paulo: Atica, 1993.

SACK, Robert. **Human territiriality: its treory and history**. Cambridge; Cambridge university press, 1988.

SANTOS, V. B. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E CAPITAL SOCIAL EM ACORDOS DE PESCA NA AMAZÔNIA ORIENTAL. **Cadernos CEPEC**, v. 8, n. 1, 2019.

Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/cepec/article/view/7765>. Acesso em 23 out. 2023.

BORDALO, C. A. L.; CRUZ, M. N. **TERRITORIALIDADE E GESTÃO DOS RECURSOS DE USO COMUM NO BAIXO TOCANTINS: O CASO DOS ACORDOS DE PESCA EM JARACUERA GRANDE–CAMETÁ/PA**. Pesca E Territorialidades, p. 121, 2013.

SILVA, R; CONCEIÇÃO, F. **Geografia território e sociedade na Amazônia**. 1. ed. Porto Velho: temática editora, 2021.

SUERTEGARAY, D. M. A. Pesquisa de Campo em Geografia. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, p.64-68, 21 set. 2009. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13423>. Acesso em: 14 de nov. 2023.

VILHENA, J. R. **Manejo comunitário de recursos comuns na Amazônia**: uma análise sobre os acordos de pesca da região do Baixo Tocantins, no estado do Pará. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11116>. Acesso em: 14 de nov. 2023.